



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Central Metropolitana

**PAPELETA
DE
DESPACHO**

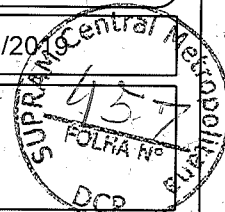
PAPELETA Nº: 0218/2019

PROTOCOLO SIAM Nº: 0548913/2019

PA COPAM Nº: 09108/2004/001/2017

EMPREENDIMENTO: MARCELO ELIAS RIGUEIRA - SITIO / FAZENDA VISTA ALEGRE

MUNICÍPIO: Matozinhos / MG



DE: Lília Aparecida de Castro

Diretoria de Regularização Ambiental – DREG / Supram CM

PARA: Philipe Jacob de Castro Sales

Diretoria de Controle Processual – DCP / Supram CM

Prezado Philipe,

Considerando as alterações de porte e do potencial poluidor/degradador, bem como a inclusão de critérios locacionais, promovidas pela Deliberação Normativa COPAM 217/2017, para a qual não houve manifestação do empreendedor, nos termos do inciso III, do artigo 38, da mesma deliberação;

Considerando que o ofício nº 962/2018 DREG/SUPRAM CM – convocando ao reenquadramento do processo nº 09108/2004/001/2017 nos termos da DN nº 217/2017 - foi enviado para o endereço de correspondência do empreendedor, tendo sido entregue ao destinatário em 13/04/2018 (comprovante dos Correios anexado aos autos);

Considerando que, em agosto/2019, foi feito contato telefônico com Luciene (contato indicado nos autos), quando foi confirmado o endereço de correspondência do empreendimento;

Considerando que novo ofício nº 817/2019 DREG/SUPRAM CM – com nova convocação ao reenquadramento do processo supracitado - foi enviado para o endereço de correspondência do empreendedor, tendo sido entregue ao destinatário em 13/08/2019 (informe dos Correios anexado aos autos);

Considerando ainda que o novo prazo concedido para resposta ao Ofício supracitado findou-se em 27/08/19;

Encaminha-se para arquivamento o PA LOC nº 09108/2004/001/2017 - MARCELO ELIAS RIGUEIRA - SITIO / FAZENDA VISTA ALEGRE, bem como a APEF nº 07754/2017 vinculada ao processo. E, pelo fato de não ter sido realizada nenhuma vistoria no local no âmbito da LOC pleiteada, indica-se a necessidade de fiscalização pela DFISC no empreendimento em questão.




Salienta-se que a planilha de custos, encontra-se em anexo no final do processo conforme Resolução nº 2125/2014.

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2019

Lília Aparecida de Castro
MASP 1.389.247-6

Diretoria Regional de Regularização Ambiental



 SECRETARIA DE ESTADO E MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA	PAPELETA DE DESPACHO	Nº 438/2019
		Data: 29/08/2019
		Documento Nº: 0550736/19
Empreendimento: Marcelo Elias Rigueira – Sítio/Fazenda Vista Alegre		Município: Matozinhos – MG
Assunto: Processo n.º 09108/2004/001/2017 APEF n.º 07754/2017		
De: Philipe Jacob de Castro Sales		Unidade Administrativa: Diretoria de Controle Processual – SUPRAM CM
Para: Nathalia Luiza Fonseca Martins		Unidade Administrativa: Superintendente – SUPRAM-CM
<p>Prezada Superintendente,</p> <p>Considerando que o empreendedor foi notificado através do Ofício n.º 962/2018 DREG/SUPRAM CM, para apresentar os documentos para reênquadramento do processo no termos da DN COPAM 217/2017; que tal notificação foi devidamente recebida pelo empreendedor, em 13/04/2018, conforme rastreamento do Correio anexado aos autos;</p> <p>Considerando que o empreendedor foi novamente notificado através do Ofício n.º 817/2019 DREG/SUPRAM CM; que tal notificação foi recebida pelo empreendedor, em 13/08/2019, conforme rastreamento do Correio anexado aos autos;</p> <p>Considerando que o prazo concedido no referido ofício transcorreu sem que fosse juntada os documentos solicitados;</p> <p>Considerando papéleta n. 218/2019 da Diretoria de Regularização Ambiental – DREG, que recomenda o arquivamento do presente processo, vez que as faltas das informações citadas inviabilizam a análise do processo;</p> <p>Considerando, desta maneira, que a “<i>Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente</i>” (Lei n.º 14.184, de 31.01.2002);</p> <p>Considerando, as regras previstas no artigo 15 da Deliberação Normativa n.º 217 de 06 de dezembro de 2017:</p> <p style="text-align: center;">“Art. 15 – Para a formalização de processo de regularização ambiental deverão ser apresentados todos os documentos, projetos e estudos exigidos pelo órgão ambiental estadual.”</p> <p>Remeta-se os dados do mesmo à Diretoria Regional de Fiscalização Ambiental para fiscalização e apuração de eventuais infrações ambientais.</p> <p>Pelo exposto, recomendamos o arquivamento do processo administrativo n. 09108/2004/001/2017 e APEF n.º 07754/2017, do empreendedor Marcelo Elias Rigueira – Sítio/Fazenda Vista Alegre, CPF n.º 676.371.246-49, localizado na estrada Mocambeiro São Bento, s/n, km 2,5, Zona Rural, município de Matozinhos.</p>		
 Maria Izabel L. Duarte Gestora Ambiental		 Philipe Jacob de Castro Sales Diretor de Controle Processual Supram Central



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana



ATO DE ARQUIVAMENTO

A Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Supram - CM no uso de suas atribuições legais,

Considerando que o empreendedor foi notificado através do Ofício n.º 962/2018 DREG/SUPRAM CM, para apresentar os documentos para reenquadramento do processo no termos da DN COPAM 217/2017; que tal notificação foi devidamente recebida pelo empreendedor, em 13/04/2018, conforme rastreamento do Correio anexado aos autos;

Considerando que o empreendedor foi novamente notificado através do Ofício n.º 817/2019 DREG/SUPRAM CM; que tal notificação foi recebida pelo empreendedor, em 13/08/2019, conforme rastreamento do Correio anexado aos autos;

Considerando que o prazo concedido no referido ofício transcorreu sem que fosse juntada os documentos solicitados;

Considerando papeleta n. 218/2019 da Diretoria de Regularização Ambiental – DREG, que recomenda o arquivamento do presente processo, vez que as faltas das informações citadas inviabilizam a análise do processo;

Considerando o teor da papeleta de despacho n.º 438/2019 da Diretoria de Controle Processual, que recomenda o arquivamento do presente processo pelos fatos e fundamentos legais expostos

Considerando, por fim, que a “Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente” (Lei n.º 14.184, de 31.01.2002).

Determino o arquivamento do **processo administrativo n. 09108/2004/001/2017 e APEF n.º 07754/2017, do empreendedor Marcelo Elias Rigueira – Sítio/Fazenda Vista Alegre, CPF n.º 676.371.246-49, localizado na estrada Mocameiro São Bento, s/n, km 2,5, Zona Rural, município de Matozinhos.**

Remeta-se os dados do mesmo à Diretoria Regional de Fiscalização Ambiental para fiscalização e apuração de eventuais infrações ambientais.

Publique-se, oficie-se e arquite-se.

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2019.

Nathália Luiza Fonseca Martins
Masp: 1392543-3
Superintendente Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Supram - CM

Nathália Luiza Fonseca Martins
Superintendente Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Supram - CM

Recebido SUPRAM 0550738/2019